



## RELATÓRIO Nº 1

Brasília, 18 de maio de 2022.



2021 (ano-base 2020)

Em 2021, o Censo Anual das Transferências da União evoluiu e passou a se chamar **Levantamento Anual das Transferências da União**.

O Levantamento Anual das Transferências da União 2021 (ano-base 2020), assim como as edições anteriores, teve por objetivo mapear os processos de transferência de recursos da União ainda não finalizados e o passivo de prestação de contas de instrumentos, bem como identificar a mão de obra e a capacitação desta.

E, com a evolução, procurou-se, também, identificar possíveis ferramentas de gestão utilizadas pelas instituições na operação desses processos, questionando-se, inclusive, sobre o uso de ferramentas de gestão e transparência da Plataforma +Brasil, como os aplicativos +Brasil e o Índice de Desempenho na Gestão das Transferências Discricionárias e Legais da União - IDTRU-DL. Além disso, solicitou-se a quantidade de instrumentos em tomada de contas especial instaurado em 2020 e o formato de gestão dos instrumentos no passivo.

Como suporte às instituições respondentes, o Departamento de Transferências da União realizou reunião virtual sobre o preenchimento do Levantamento Anual, no dia 18 de novembro de 2021, oportunidade que as instituições tiveram para sanar possíveis dúvidas. Além disso, foram disponibilizados o e-mail da Rede +Brasil, para o recebimento de outros possíveis questionamentos, e a gravação da reunião citada, permanecendo acessível no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/levantamento-anual-das-transferencias-da-uniao>.

De modo a facilitar o preenchimento, realizado por meio do endereço eletrônico <http://censodastransferencias.economia.gov.br>, foram feitas divisões, no âmbito das instituições federais, para que este pudesse ser realizado pela área executora.

Assim, o preenchimento do Levantamento Anual das Transferências da União 2021 (ano-base 2020) ficou acessível no período de 10 e 30 de novembro de 2021, com a habilitação de 233 instituições respondentes da Administração Pública Federal, conforme COMUNICADO Nº 51/2021 - LEVANTAMENTO ANUAL DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO. Sendo que, posteriormente, esse prazo foi prorrogado até 10 de dezembro de 2021, pelo COMUNICADO Nº 57/2021- PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE RESPOSTA DO LEVANTAMENTO ANUAL DAS TRANSFERÊNCIAS.

- COMUNICADO Nº 51/2021: <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/comunicados-e-cronogramas/comunicados-gerais/2021/comunicado-no-51-2021-levantamento-anual-das-transferencias-da-uniao>
- COMUNICADO Nº 57/2021: <https://www.gov.br/plataformamaisbrasil/pt-br/comunicados-e-cronogramas/comunicados-gerais/2021/comunicado-no-57-2021-prorrogacao-do-prazo-de-resposta-do-levantamento-anual-das-transferencias-da-uniao>

A Tabela 1 apresenta a distribuição entre Administração Direta e Indireta e indica o quantitativo de instituições que responderam ou não ao Levantamento Anual:

**Tabela 1** - Quantitativo de instituições habilitadas que responderam ou não ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
Total de órgãos habilitados: 17	Total de instituições habilitadas: 216
Instituições respondentes: 16 (94%)	Instituições respondentes: 136 (63%)
Não responderam: 1 (6%)	Não responderam: 80 (37%)
Realizam transferência (respondentes): 16 (100%)	Realizam transferência (respondentes): 87 (64%)

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Ressalte-se que, em relação ao Censo das Transferências de 2020 (ano-base 2019), manteve-se o número de órgãos da administração direta consultados, e adicionou-se apenas uma instituição à relação das instituições respondentes da administração indireta.

Por não serem unidades que promovam diretamente a implantação de políticas públicas, não foram consultados os seguintes órgãos: a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, a Advocacia-Geral da União, a Controladoria-Geral da União, o Gabinete Pessoal, a Casa Civil e a Secretaria de Governo e a Secretaria-Geral.

Com relação à administração direta, ocorreu um aumento no percentual de órgãos respondentes, de 82% (14) para 94% (16). Entretanto, com relação à administração indireta, houve uma queda na participação das entidades consultadas, de 73% (158) para 63% (136). A Defensoria Pública da União, por meio do OFÍCIO - Nº 5055662/2022 - DPU/SGE DPGU, de 10 de março de 2022, comunicou que não havia conseguido inserir as informações no sistema, entretanto, a instituição foi informada que somente foram aceitas as respostas inseridas no sistema e dentro do prazo estabelecido, solicitando-se atenção aos prazos para o Levantamento Anual de 2022.

Na Tabela 2, serão relacionadas as instituições que **não** responderam ao

Levantamento Anual das Transferências da União 2021 (ano-base 2020), apesar de estarem relacionadas no COMUNICADO Nº 51/2021.

**Tabela 2** - Relação das instituições que não responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021

<b>ÓRGÃO SUPERIOR</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</b>
Defensoria Pública da União
<b>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</b>
Agência Nacional de Mineração
Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Agência Nacional de Transportes Terrestres
Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Agência Nacional do Cinema
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Autoridade Nacional de Segurança Nuclear
Banco da Amazônia S.A.
Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha
Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
Centrais Elétricas Brasileiras S/A
Centro Federal de Educação Tecnológica - Celso Suckow da Fonseca -
Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Companhia das Docas do Estado da Bahia
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
Companhia Docas do Ceará
Companhia Docas do Espírito Santo
Companhia Docas do Pará
Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A.- Pré-Sal Petróleo S.A
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência
Empresa Gerencial de Projetos Navais
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Fundação Cultural Palmares
Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho
Fundação Osório
Fundação Universidade do Amazonas
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto
Fundação Universidade Federal de São Carlos
Fundação Universidade Federal de São João Del Rei
Fundação Universidade Federal de Sergipe
Fundação Universidade Federal de Viçosa
Fundação Universidade Federal do Amapá
Fundação Universidade Federal do Maranhão
Fundação Universidade Federal do Tocantins
Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A
Indústria de Material Bélico do Brasil
Instituto Brasileiro de Museus
Instituto Brasileiro de Turismo
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal de Alfenas
Universidade Federal de Itajubá
Universidade Federal de Jataí
Universidade Federal de Juiz de Fora
Universidade Federal de Rondonópolis
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Universidade Federal do Norte do Tocantins
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal Rural da Amazônia
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Fonte: PAINEL DE CENSO DAS TRANSFERÊNCIAS 2022

## DAS TRANSFERÊNCIAS

O Levantamento Anual das Transferências da União 2021 (ano-base 2020) questionou sobre todas as transferências realizadas aos demais entes da federação e Organizações da Sociedade Civil (OSC). Desse modo, serão apresentados os dados gerais dessa edição, bem como algumas comparações em relação ao Censo das Transferências 2020 (ano-base 2019).

Na Tabela 3, seguem relacionados os órgãos da **administração direta** que responderam ao Levantamento Anual, declarando realizar ou não transferências de recursos, bem como informando o valor empenhado e liberado por eles no ano de 2020 (**em R\$**):

**Tabela 3** - Instituições da Administração Direta que responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e respectivos valores empenhados e liberados em 2020

Nº	Órgão Superior	Realiza Transferência?	Valor Empenhado em 2020	Valor Liberado em 2020
1	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Sim	1.997.435	1.997.435
2	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Sim	879.811.762	280.304.807
3	Ministério da Cidadania	Sim	73.356.878.048	72.498.889.456
4	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Sim	713.412.838	663.929.490
5	Ministério da Defesa	Sim	110.807.156	125.583.202
6	Ministério da Economia	Sim	1.355.715.981	443.498.256
7	Ministério da Educação	Sim	91.200	91.200
8	Ministério da Infraestrutura	Sim	151.676.729	161.097.135
9	Ministério da Justiça e Segurança Pública	Sim	1.434.552.863	1.798.953.098
10	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Sim	423.132.519	264.682.293
11	Ministério da Saúde	Sim	116.392.182.590	116.417.106.283
12	Ministério das Comunicações	Sim	107.204.985	90.975.100
13	Ministério de Minas e Energia	Sim	2.571.333	2.328.464
14	Ministério do Desenvolvimento Regional	Sim	11.167.739.743	8.631.814.848
15	Ministério do Meio Ambiente	Sim	8.904.044	6.351.364
16	Ministério do Turismo	Sim	2.390.876.123	2.398.820.346
<b>TOTAL</b>			<b>208.497.555.347,98</b>	<b>203.786.422.778,35</b>

Fonte: PAINEL DE CENSO DAS TRANSFERÊNCIAS 2022

Nota-se que, no Levantamento Anual de 2021, entre os 16 órgãos respondentes, todos informaram realizar transferências, tendo sido empenhado o valor de R\$208,50 bilhões e, liberado, um valor de R\$203,78 bilhões. Da mesma forma, no Censo de 2020, dos 14 órgãos respondentes, todos afirmaram realizar transferências, tendo sido empenhado o valor de R\$305,56 bilhões e, liberado, um valor de R\$324,07 bilhões. Uma redução de 31,8% em relação ao empenhado e 37,1% em relação ao liberado.

Isso ocorreu devido, principalmente, aos valores do Ministério da Cidadania, que subiram de R\$915,8 milhões para R\$ 73,36 bilhões no empenhado; e de R\$ 559,8 milhões para R\$ 72,5 bilhões no liberado. Já no Ministério da Economia, o movimento foi o contrário, os valores caíram de R\$ 215,29 bilhões para R\$ 1,36 bilhão no empenhado; e de R\$ 216 bilhões para R\$ 443,5 milhões no liberado. Esse fato se explica pelo entendimento diferenciado das transferências constitucionais (repartição de receita), no Ministério da Economia, e das transferências legais no Ministério da Educação (indução de políticas). Fato que pode ensejar que devam ser realizadas melhorias no Levantamento Anual de Transferências.

Cabe destacar que, no Ministério da Economia, no Levantamento anterior, tinha ocorrido o movimento inverso, qual seja, o de inclusão dos valores empenhados e

liberados relativo às transferências obrigatórias, de repartição de receitas.

Nessa segunda relação, na Tabela 4, apresentamos as entidades da **administração indireta** que responderam ao Levantamento Anual 2021, declarando realizar ou não transferências de recursos, bem como informando o valor empenhado e liberado por estas no ano de 2020:

**Tabela 4** - Instituições da Administração Indireta que responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e respectivos valores empenhados e liberados em 2020

<b>Órgão Superior</b>	<b>Realiza Transferência?</b>	<b>Valor Empenhado</b>	<b>Valor Liberado</b>
Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.	Não	0	0
Agência Espacial Brasileira	Sim	137.000.402	135.372.484
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Sim	0	0
Agência Nacional de Aviação Civil	Sim	915.326	40.740
Agência Nacional de Energia Elétrica	Sim	4.751.465.628	4.470.311.387
Agência Nacional de Saúde Suplementar	Sim	350.000	350.000
Agência Nacional de Telecomunicações	Não	0	0
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	Sim	19.046.175	19.046.175
Autoridade Portuária de Santos S.A.	Não	0	0
Banco Central do Brasil	Sim	152.356	152.356
Banco do Brasil S.A.	Não	0	0
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Não	0	0
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Não	0	0
Caixa Econômica Federal	Não	0	0
Casa da Moeda do Brasil	Não	0	0
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.	Não	0	0
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	Não	0	0
Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S. A	Não	0	0
Colégio Pedro II	Não	0	0
Comissão de Valores Mobiliários	Sim	539.290	539.290
Comissão Nacional de Energia Nuclear	Sim	2.563.900	654.001
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	Sim	517.730.325	267.485.443
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	Sim	3.228.018	3.228.018
Companhia Docas do Rio de Janeiro	Não	0	0
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	Não	0	0
Companhia Nacional de Abastecimento	Sim	300.000	300.000
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	Sim	0	0
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	Sim	30.998.790	15.531.304
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	Sim	380.505.582	293.035.891
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	Sim	2.415.593	4.151.132
Empresa Brasil de Comunicação S.A.	Sim	3.098.115	120.000
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Não	0	0
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia	Não	0	0
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	Não	0	0
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Sim	8.130.487	8.130.487
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	Sim	63.756.124	90.807.026
Empresa de Pesquisa Energética	Sim	38.642	38.642
Empresa de Planejamento e Logística S.A.	Sim	3.948.230	16.891.378
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A	Não	0	0
Empresa Gestora de Ativos	Não	0	0
Financiadora de Estudos e Projetos	Sim	539.969.346	555.202.465
Fundação Alexandre de Gusmão	Não	0	0
Fundação Biblioteca Nacional	Não	0	0
Fundação Casa de Rui Barbosa	Sim	20.586	20.586
Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo	Não	0	0
Fundação Escola Nacional de Administração Pública	Não	0	0
Fundação Habitacional do Exército	Não	0	0
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	Sim	338.990	338.990
Fundação Joaquim Nabuco	Sim	152.133	152.133
Fundação Nacional de Artes	Sim	5.454.310.685	22.051.605
Fundação Nacional de Saúde	Sim	331.082.208	2.051.226
Fundação Nacional do Índio	Sim	530.856	530.856
Fundação Oswaldo Cruz	Sim	7.851.806	7.339.697
Fundação Universidade de Brasília	Sim	0	0
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	Não	0	0
Fundação Universidade Federal de Pelotas	Sim	0	0
Fundação Universidade Federal de Rondônia	Não	0	0
Fundação Universidade Federal de Roraima	Não	0	0
Fundação Universidade Federal do ABC	Sim	0	0
Fundação Universidade Federal do Acre	Sim	1.579.933	0
Fundação Universidade Federal do Pampa	Não	0	0
Fundação Universidade Federal do Piauí	Sim	98.826	98.826
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Sim	4.216.287	4.216.287
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	Não	0	0
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Sim	36.191.711.096	33.257.999.774
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	Sim	10.116.111	11.572.057
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Sim	8.879.794	8.002.763
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Sim	1.100.000	1.100.000
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Sim	389.400	389.400

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Sim	2.421.235	6.010.444
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	Sim	128.760	128.760
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	Sim	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Sim	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Sim	350.760	616.732
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	Sim	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	Não	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Tocantins	Não	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	Sim	570.917	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Sim	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	Não	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	Sim	40.000	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	Não	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	Não	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Sim	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Sim	222.774	169.142
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	Sim	266.043	266.043
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Sim	43.113	43.113
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	Sim	93	93
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano	Não	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais	Sim	523.878	492.702
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	Sim	1.328.211	217.131
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	Sim	63.049	63.049
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Sim	207.459.871	33.120.467
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	Sim	52.486.882	25.355.097
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Sim	273.624.935	273.624.935
Instituto Nacional do Seguro Social	Não	0	0
Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A	Não	0	0
Petróleo Brasileiro S.A.	Não	0	0
Serviço Federal de Processamento de Dados	Não	0	0
Superintendência da Zona Franca de Manaus	Sim	196.334.774	1.253.300
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	Sim	222.152.166	99.569.872
Superintendência de Seguros Privados	Não	0	0
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	Sim	16.478.207	29.766.319
Telecomunicações Brasileiras S.A.	Não	0	0
Universidade Federal da Fronteira Sul	Sim	334.603	303.603
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Sim	52.012	52.012
Universidade Federal da Paraíba	Sim	57.901	57.901
Universidade Federal de Alagoas	Não	0	0
Universidade Federal de Campina Grande	Não	0	0
Universidade Federal de Catalão	Sim	53.713	53.713
Universidade Federal de Goiás	Sim	5.409.508	5.409.508
Universidade Federal de Lavras	Sim	7.584.587	18.632.262
Universidade Federal de Minas Gerais	Sim	49.816.928	46.817.206
Universidade Federal de Pernambuco	Sim	305.825	305.825
Universidade Federal de Santa Catarina	Não	0	0
Universidade Federal de Santa Maria	Sim	10.580.368	10.580.368
Universidade Federal de São Paulo	Não	0	0
Universidade Federal de Uberlândia	Sim	1.854.323	1.782.323
Universidade Federal do Cariri	Sim	183.870	183.870
Universidade Federal do Ceará	Não	0	0
Universidade Federal do Espírito Santo	Não	0	0
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Sim	11.007.477	14.831.090
Universidade Federal do Oeste da Bahia	Sim	417.036	417.036
Universidade Federal do Oeste do Pará	Sim	198.258	198.258
Universidade Federal do Paraná	Sim	43.589.180	14.906.064
Universidade Federal do Rio de Janeiro	Sim	61.348.122	104.715.119
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Sim	0	0
Universidade Federal do Sul da Bahia	Sim	150.012	150.012
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Sim	960.340	613.441
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Sim	3.627	3.627
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Não	0	0
Universidade Federal Fluminense	Não	0	0
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Sim	200.306.487	200.306.487
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Sim	7.404.482	9.065.009
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Sim	64.662	64.662
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	Sim	13.277.392	5.176.290
<b>TOTAL</b>		<b>R\$</b>	<b>R\$</b>

Fonte: Pannel de Censo das Transferências 2022

Na administração indireta, nota-se que, entre as instituições respondentes (137), 88 (64%) afirmaram realizar algum tipo de transferência, enquanto 49 (37%) afirmaram não realizar. Entre as que realizam transferências, deve-se destacar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que realizou a liberação de R\$ 33,26 bilhões dos R\$ 36,19 bilhões empenhados; o Fundo Nacional das Artes, que liberou apenas R\$ 22 milhões dos R\$5,45 bilhões empenhados; e a Agência Nacional de Energia Elétrica, que liberou R\$ 4,47 bilhões dos R\$ 4,75 bilhões empenhados.

Este ano, pode-se notar que a Caixa Econômica Federal deixou de aparecer nos valores empenhados e liberados, confirmando que os recursos informados no Levantamento anterior eram recursos executados por ela, como Mandatária da União, portanto, originários dos demais órgãos do Governo e não de recursos próprios.

Deve-se destacar que os valores empenhados subiram 23%, de R\$ 40,54 bilhões no Levantamento anterior para R\$ 49,87 bilhões; já os valores liberados reduziram 47,7%, de R\$ 70,72 bilhões para R\$ 40,10 bilhões. A redução nos valores liberados deu-se devido a Caixa Econômica Federal, que no Levantamento anterior havia informado R\$ 51,39 bilhões e, no Levantamento atual, informou zero.

Deve-se destacar o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que representa 72,6% dos recursos empenhados na administração direta e 82,9% dos recursos liberados.

Foram mapeadas duas **categorias** de transferências, as obrigatórias e as discricionárias, sendo identificadas cinco **tipos** principais de transferências realizadas pelos órgãos e instituições federais, conforme Tabela 5:

**Tabela 5** - Categorias de transferências mapeadas e tipos principais de transferências realizadas

<b>Categoria</b>	<b>Tipos</b>
Obrigatórias	Constitucionais; Legais.
Discricionárias	Voluntárias; Para Organizações da Sociedade Civil (OSCs); Específicas;

Fonte: Pannel de Censo das Transferências 2022

Foram relacionados os **36 instrumentos** mapeados para a realização de transferências pela União, sendo que estes foram categorizados de acordo com a forma de mapeamento. Destaca-se que algumas transferências foram incorporadas pelo Departamento de Transferências da União - DETRU, por já terem sido integradas à Plataforma +Brasil ou por estarem em viabilização de acordos, a fim de que sejam integradas a esta. Além disso, existem outras transferências que não haviam sido identificadas, mas que são do conhecimento do DETRU e, portanto, foram identificadas como "Monitoramento DETRU".

Adicionalmente, houve a inclusão de diversas transferências obrigatórias realizadas pelo Ministério da Economia, como o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, pois foram declaradas pelo órgãos que as realizam, apesar de não serem destinadas a indução de políticas por meio de parceria.

Relacionados, na Tabela 6, os **39 instrumentos** identificados:

**Tabela 6** - Instrumentos mapeados para a realização de Transferências pela União

<b>Nº</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Identificação da transferência</b>	<b>ACT de Internalização</b>	<b>Legislação</b>
1	Contratos de Repasse	Plataforma +Brasil	Internalizado	Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007; Portaria nº 424 de 30 de dezembro de 2016
2	Convênios	Plataforma +Brasil	Internalizado	Decreto Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007; Portaria nº 424 de 30 de dezembro de 2016
3	Convênios de educação, ciência, tecnologia e inovação - ECTI	Monitoramento DETRU	Internalizado	Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010 Decreto n.º 8.240, de 21 de maio de 2014
4	Convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação - PDI	Monitoramento DETRU	8/2020	Decreto n.º 9.283, de 7 de fevereiro de 2018
5	Defesa Civil - Prevenção	A partir do Censo 2022	32/2022	Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010 Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012
6	Defesa Civil - Reconstrução	A partir do Censo 2021	32/2022	Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010 Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012
7	Defesa Civil - Resposta - Assistência	A partir do Censo 2019	32/2022	Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010 Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012
8	Defesa Civil - Resposta - Reestabelecimento	A partir do Censo 2020	32/2022	Lei n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010 Lei n.º 12.608, de 10 de abril de 2012
9	Fundo Antidrogas	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 7.560 de 19 de dezembro de 1986
10	Fundo Cultural (Lei Aldir Blanc)	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020
11	Fundo de Amparo ao Trabalhador	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990
12	Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados - FPEX	A partir do Censo 2019	-	Constituição Federal
13	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb	A partir do Censo 2019	52/2021	Constituição Federal
14	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE)	A partir do Censo 2020	-	Art. 159 da Constituição Federal
15	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	A partir do Censo 2020	-	Art. 159 da Constituição Federal

16	Fundo de Segurança Pública	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 13.576 de 12 de dezembro 2018
17	Fundo Nacional de Assistência Social	A partir do Censo 2019	10/2021	Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993
18	Fundo Nacional de Saúde	A partir do Censo 2019	09/2021	Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990
19	Fundo Penitenciário Nacional	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei Complementar nº 79 de 07 de janeiro de 1994
20	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	A partir do Censo 2020	-	Constituição Federal
21	Lei de Conectividade - Educação	Internalizado	-	Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021
22	Lei de Incentivo à Cultura (renúncia fiscal)	A partir do Censo 2019	52/2022	Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991
23	Lei de Incentivo à Saúde	Monitoramento DETRU	09/2021	Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012
24	Lei de Incentivo ao Esporte (renúncia fiscal)	Monitoramento DETRU	10/2021	Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006
25	Lei de Incentivo da Suframa	Monitoramento DETRU	237/2021	Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991; Decreto 10.521, 15 de outubro de 2020
26	PAR - Plano de Ações Articuladas	Plataforma +Brasil	Internalizado	Resolução CD/FNDE nº 4, de 4 de maio de 2020
27	PROJOVEM - Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional (Descontinuado)	A partir do Censo 2020	-	-
28	Proteção a Pessoas Ameaçadas	A partir do Censo 2019	-	Decreto nº 3.518, de 20 de junho de 2000
29	PTC - Programa Território da Cidadania (Descontinuado)	A partir do Censo 2020	-	-
30	Recursos de prognósticos	Monitoramento DETRU	10/2021	Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018
31	Termo de Colaboração	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014
32	Termo de Compromisso (PAC - Programa de Aceleração de Crescimento)	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 11.578 de 26 de novembro de 2007
33	Termo de Compromisso Cultural	Plataforma +Brasil	Internalização	Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014
34	Termo de Cooperação	A partir do Censo 2019	-	-
35	Termo de Execução Descentralizada	Plataforma +Brasil	Internalizado	Decreto nº 10.426 de 16 de julho de 2020
36	Termo de Fomento	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014
37	Termo de Parceria	Plataforma +Brasil	Internalizado	Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999
38	Transferências Automáticas (PNAE, PDDE e PNATE) - FNDE	A partir do Censo 2019	52/2021	Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004 Lei nº 11.947, 16 de junho de 2009
39	Transferências Especiais	Plataforma +Brasil	Internalizado	Art. 166-A da Constituição Federal

Fontes: Painel de Censo das Transferências 2022. Processo Sei ME nºs 19973.104968/2020-97; e 19973.100830/2019-85.

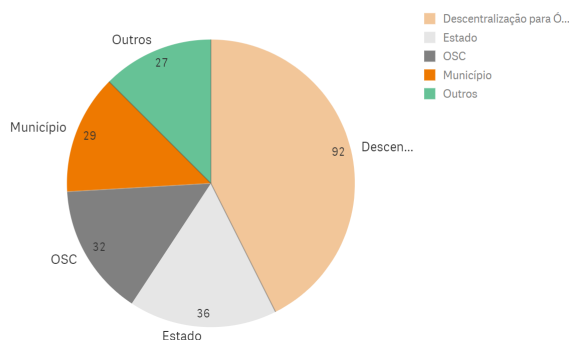
Das 152 instituições que, efetivamente, responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021, 49, o que corresponde a 32,24%, declararam **não** realizar transferências de recursos para estados, municípios e OSCs ou descentralizações para a própria União.

Com base nas informações inseridas no Levantamento Anual, as demais 103 instituições, o que corresponde a 67,76%, declararam que, em 2020, foram empenhados R\$258,37 bilhões, e que R\$243,89 bilhões foram repassados das contas da União para estados, municípios e OSCs no âmbito das transferências.

A seguir, pode-se verificar o Gráfico 1, que demonstra a quantidade de órgãos que realizam transferência por ente beneficiado:

**Gráfico 1** - Quantidade percentual de órgãos superiores que realizaram Transferências por ente.

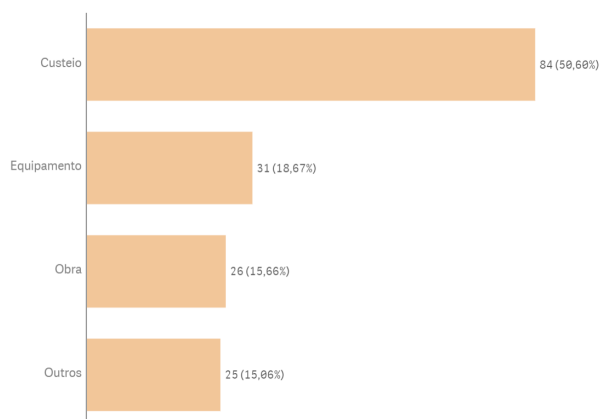
Quantidade Percentual de Órgãos Superiores que realizam Transferências por Ente



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Quanto aos objetos celebrados (tipos de despesa), a maior frequência é de instrumentos de custeio, seguidos de equipamentos e obras. No Gráfico 2, temos a quantidade de instituições que informaram realizar o referido "tipo de despesa":

**Gráfico 2** - Quantidade de órgãos superiores por tipos de despesa mais frequentes



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Quando questionados sobre os tipos/instrumentos que são objetos dessas celebrações de parcerias, os órgãos e entidades subdividiram da seguinte forma, conforme demonstrado na Tabela 7:

**Tabela 7 - Tipos/Instrumentos objetos das celebrações de parcerias**

Tipo de Transferência	Instrumento	Valor Empenhado	Valor Liberado
Constitucionais	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb	15.216.210.989	15.216.210.989
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>15.216.210.989</b>	<b>15.216.210.989</b>
Específicas	Defesa Civil	476.332.972	235.379.249
	PAR - Plano de Ações Articuladas	1.464.840.084	726.447.830
	Proteção a Pessoas Ameaçadas	2.149.187	2.149.187
	SUAS - Sistema Único de Assistência Social	5.187.434.554	5.187.434.554
	Termo de Compromisso	1.431.755.262	2.144.081.225
	Termo de Cooperação	43.394.053	21.952.133
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8.605.906.113</b>	<b>8.317.444.177</b>
Legais	Convênio de Ciência, Tecnologia e Inovação	442.240.531	472.804.305
	Transferência Fundo a Fundo (TFF)	119.386.017.032	121.132.281.656
	Transferências automáticas	18.932.045.646	16.906.571.986
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>138.760.303.208</b>	<b>138.511.657.946</b>
Outro	-	7.907.978.907	7.353.950.061
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.907.978.907</b>	<b>7.353.950.061</b>
Para OSC	Convênios	725.687.309	686.356.501
	Termo de Colaboração	261.432.446	241.924.381
	Termo de Fomento	6.270.114.944	170.748.652
	Termo de Parceria	77.479.828	102.679.491
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>7.334.714.527</b>	<b>1.201.709.026</b>
Voluntárias	Contratos de Repasse	5.717.462.280	3.948.396.163
	Convênios	3.400.915.480	1.431.902.513
	Lei de Incentivo à Cultura (renúncia fiscal)	1.496.266.471	1.286.256.886
	Termo de Execução Descentralizada	68.940.971.801	65.667.907.757
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>79.555.616.033</b>	<b>72.334.463.318</b>
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 257.380.729.776,22</b>	<b>R\$ 242.935.435.518,44</b>

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Tendo em vista que a Secretaria de Gestão (SEGES), por meio deste Departamento de Transferências da União (DETRU), é a responsável pela gestão da Plataforma +Brasil, e que cabe ao DETRU os estudos e as internalizações de outros tipos de transferências de recursos da União à plataforma web, foi realizado um recorte do que as instituições relataram sobre valores empenhados e liberados no exercício de 2020 e os valores dispostos na Plataforma +Brasil. Mais uma vez, reitera-se que os dados inseridos pelas instituições no Levantamento Anual das Transferências são declaratórios, portanto, podem estar enviesados.

Os números apresentados evidenciam que a Plataforma +Brasil operacionaliza um percentual ainda pequeno das transferências de recursos públicos federais, ou seja, ainda há um número significativo de outras modalidades de transferências a serem internalizadas à Plataforma, de forma a termos uma centralização de dados, o que permitirá ampliar os benefícios desta às demais modalidades, como melhoria na governança, gestão, otimização da mão de obra envolvida, transparência, integridade, rastreabilidade e promoção do controle social. Importante destacar que se projeta o desafio de que todas as modalidades de transferências de recursos federais estejam em operação na Plataforma, até o fim de 2023. Na Tabela 8, são apresentados os valores empenhados e liberados informados no Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e os valores detectados na Plataforma +Brasil:

**Tabela 8 - Valores empenhados e liberados segundo o Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e valores Plataforma +Brasil**

Órgão Superior	Valor Empenhado	Valor Empenhado Plataforma +Brasil	Valor Liberado	Valor Liberado Plataforma +Brasil
Agência Espacial Brasileira - AEB	137.000.402	8.429.729	135.372.484	13.045.906



Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	0	1.236.224	0	7.382.144
Agência Nacional de Aviação Civil	915.326	0	40.740	0
Agência Nacional de Energia Elétrica	4.751.465.628	0	4.470.311.387	0
Agência Nacional de Saúde Suplementar	350.000	0	350.000	0
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	19.046.175	0	19.046.175	0
Banco Central do Brasil	152.356	0	152.356	0
Comissão de Valores Mobiliários	539.290	0	539.290	0
Comissão Nacional de Energia Nuclear	2.563.900	0	654.001	0
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	517.730.325	461.499.443	267.485.443	209.687.350
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	3.228.018		3.228.018	
Companhia Nacional de Abastecimento	300.000		300.000	
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	30.998.790	27.514.037	15.531.304	15.531.304
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	380.505.582		293.035.891	
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	2.415.593	-1.431.375	4.151.132	4.447.387
Empresa Brasil de Comunicação S.A.	3.098.115		120.000	
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	8.130.487	3.330.331	8.130.487	10.618.556
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	63.756.124	273.062	90.807.026	297.627
Empresa de Pesquisa Energética	38.642		38.642	
Empresa de Planejamento e Logística S.A.	3.948.230		16.891.378	
Financiadora de Estudos e Projetos	539.969.346		555.202.465	
Fundação Casa de Rui Barbosa	20.586		20.586	
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	0	34.053.678	0	28.306.692
Fundação Cultural Palmares	0	1.237.900	0	1.530.836
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	338.990		338.990	
Fundação Joaquim Nabuco	152.133		152.133	
Fundação Nacional de Artes	5.454.310.685	8.294.930	22.051.605	6.536.727
Fundação Nacional de Saúde	331.082.208	187.203.020	2.051.226	393.670.668
Fundação Nacional do Índio	530.856	2.915.865	530.856	2.915.865
Fundação Oswaldo Cruz	7.851.806	718.615	7.339.697	638.615
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	0	1.246.947	0	1.246.947
Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	0	1.697.826	0	1.296.421
Fundação Universidade Federal de Pelotas	0	18.734.147	0	24.752.358
Fundação Universidade Federal do Acre	1.579.933	544.424	0	592.554
Fundação Universidade Federal do Piauí	98.826		98.826	
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	4.216.287	8.756.086	4.216.287	6.187.709
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	36.191.711.096	53.596.696	33.257.999.774	8.995.143
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	1.997.435		1.997.435	
Hospital de Clínicas de Porto Alegre	0		0	252.201
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	10.116.111		11.572.057	
Instituto Brasileiro de Museus	0	2.325.000	0	1.987.666
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	8.879.794		8.002.763	
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	0	750.000	0	416.323
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1.100.000		1.100.000	
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	389.400		389.400	
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	2.421.235	4.594.545	6.010.444	5.507.254
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	128.760		128.760	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	350.760	93.736	616.732	243.736
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais	0	5.014.532	0	832.926
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	570.917		0	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	0	3.077	0	3.077
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	40.000		0	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	0	49.699	0	49.699
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	222.774		169.142	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	266.043		266.043	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	43.113		43.113	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	93		93	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais	523.878		492.702	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	1.328.211	1.328.211	217.131	3.250.034
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	63.049		63.049	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	207.459.871	162.156.500	33.120.467	48.210.601
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	52.486.882	10.291.615	25.355.097	9.549.529
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	273.624.935		273.624.935	
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	879.811.762	1.324.954.990	280.304.807	922.074.978

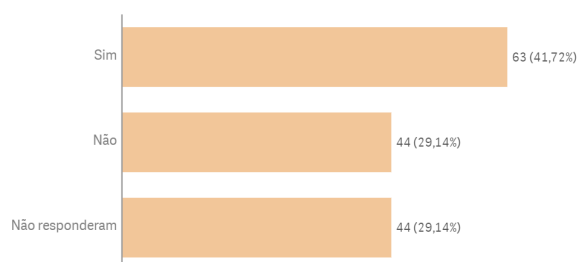
Ministério da Cidadania	73.356.878.048	488.095.483	72.498.889.456	901.122.377
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	713.412.838	35.548.138	663.929.490	16.426.644
Ministério da Defesa	110.807.156	573.013.830	125.583.202	407.066.556
Ministério da Economia	1.355.715.981	24.315.308	443.498.256	22.290.630
Ministério da Educação	91.200		91.200	
Ministério da Infraestrutura	151.676.729	3.140.182	161.097.135	723.330
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.434.552.863	581.771.636	1.798.953.098	489.459.241
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	423.132.519	337.305.564	264.682.293	190.580.186
Ministério da Saúde	116.392.182.590	1.481.492.089	116.417.106.283	1.620.021.773
Ministério das Comunicações	107.204.985	17.125.404	90.975.100	5.535.907
Ministério de Minas e Energia	2.571.333		2.328.464	
Ministério do Desenvolvimento Regional	11.167.739.743	3.546.027.501	8.631.814.848	3.014.546.974
Ministério do Meio Ambiente	8.904.044	21.906.390	6.351.364	46.730.571
Ministério do Turismo	2.390.876.123	697.635.942	2.398.820.346	963.231.083
Superintendência da Zona Franca de Manaus	196.334.774	0	1.253.300	500.000
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	222.152.166	208.599.197	99.569.872	99.268.087
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	0	193.462.718	0	164.058.925
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	16.478.207	10.910.953	29.766.319	21.001.460
Universidade Federal da Fronteira Sul	334.603		303.603	
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	52.012		52.012	
Universidade Federal da Paraíba	57.901		57.901	
Universidade Federal de Alagoas	0	155.250	0	245.250
Universidade Federal de Catalão	53.713		53.713	
Universidade Federal de Goiás	5.409.508	161.897	5.409.508	161.897
Universidade Federal de Juiz de Fora	0	51.510.423	0	39.694.226
Universidade Federal de Lavras	7.584.587	14.432.978	18.632.262	18.632.262
Universidade Federal de Minas Gerais	49.816.928	49.816.928	46.817.206	55.156.671
Universidade Federal de Pernambuco	305.825		305.825	
Universidade Federal de Santa Maria	10.580.368	6.291.760	10.580.368	5.169.623
Universidade Federal de Uberlândia	1.854.323	1.787.458	1.782.323	1.717.508
Universidade Federal do Cariri	183.870		183.870	
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	11.007.477	30.102.653	14.831.090	40.340.661
Universidade Federal do Oeste da Bahia	417.036		417.036	
Universidade Federal do Oeste do Pará	198.258		198.258	
Universidade Federal do Paraná	43.589.180	37.501.732	14.906.064	51.866.336
Universidade Federal do Rio de Janeiro	61.348.122	53.489.600	104.715.119	94.171.724
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	0	19.330.193	0	30.653.813
Universidade Federal do Sul da Bahia	150.012		150.012	
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	960.340	0	613.441	300.000
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	3.627		3.627	
Universidade Federal Rural de Pernambuco	200.306.487	-108.301	200.306.487	200.000
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	0	570.886	0	1.454.957
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	7.404.482	7.050.190	9.065.009	8.969.004
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	64.662		64.662	
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	13.277.392		5.176.290	
TOTAL	258.365.542.770	10.823.857.474	243.888.998.081	10.041.356.506

Fontes: Painel de Censo das Transferências 2022; e Plataforma +Brasil.

Destaca-se que, com a evolução em relação ao Censo de 2020, foi adicionada coluna questionando a utilização de sistema informatizado para a gestão do tipo de transferência identificada, cujo resultado é sinalizado no Gráfico 3:

**Gráfico 3** - Quantidade de órgãos superiores que realizam Transferências e utilizam sistema informatizado.

Quantidade de Órgãos Superiores que realizam Transferência e utilizam Sistema Informatizado



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Questionados quanto aos **sistemas** informatizados utilizados para a gestão das Transferências da União, observando-se a Tabela 9, foram citados, principalmente, a Plataforma +Brasil, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

**Tabela 9** - Sistemas utilizados para a gestão das Transferências da União

<b>Órgão Superior</b>	<b>Sistema Informatizado</b>
Agência Nacional de Saúde Suplementar	SIAFI
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	SIAFI
Banco Central do Brasil	SIAFI
Comissão Nacional de Energia Nuclear	SIAFI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	SIAFI; SIGEC; SICONV; SIGEC; SIGEO
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	SIAFI
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	SIAFI, SGF, Plataforma +Brasil; SIAC, SICONV
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	SIAFI, SICONV
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	Plataforma +Brasil
Empresa Brasil de Comunicação S.A.	SIAFI; SICONV
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	SIAFI; SICONV; SEI
Empresa de Planejamento e Logística S.A.	SIAFI
Financiadora de Estudos e Projetos	Intranet - Workflow e Caixa de Trabalho; Formulário de Apresentação de Propostas (FAP eletrônico); Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); e-TCE (TCU); Sistema de Controle Interno (SCI); Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI); e-TCE (TCU)
Fundação Nacional de Artes	Plataforma +Brasil; SIAFI
Fundação Nacional de Saúde	Plataforma +Brasil, SEI e SIGA/Funasa
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	Plataforma mais Brasil - Antigo SICONV
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Sape - Pnate e SAE-PDESAE-PDDE; SIGEF; SIMEC; Sistema da Transferências Legais e Constitucionais - STL
Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Ciclo ABIN
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	SICONV; Sistema Próprio de Gestão Empresarial
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Plataforma + Brasil
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	Plataforma +Brasil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	SIAFI
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	SIAFI
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	SIAFI
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	SIAFI
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	Siafi
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	Plataform+Brasil
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	Plataforma +Brasil; SIMEC, SIAFI
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	SEI, Plataforma mais Brasil; SIAFI
Ministério da Cidadania	Plataforma+Brasil; Sistema Eletrônico de Informações; SisCT - Sistema de Gestão de Comunidades Terapêuticas; SISFF; SIGTV; SIORC; SIGTR
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	Plataforma + Brasil; SEI; SIAFI
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	SEI
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	SIAFI
Ministério da Defesa	Plataforma Mais Brasil - módulo Transferências Discricionárias e Legais; SIAFI
Ministério da Economia	Plataforma +Brasil; Sei; SIAFI
Ministério da Infraestrutura	SEI; Plataforma +Brasil; SIAFI
Ministério da Justiça e Segurança Pública	Plataforma + Brasil; SEI; SIAFI
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	Plataforma +Brasil; Sei; SIAFI; Tem 04 PCCAAMs fora do sistema por questão de sigilo, mas com registro no SIAFI.
Ministério da Saúde	SISPAG; SIAORC; SISPROFNS; SISPROFNS; BGSICONV; PLATAFORMA MAIS BRASIL
Ministério das Comunicações	SIAFI; SICONV

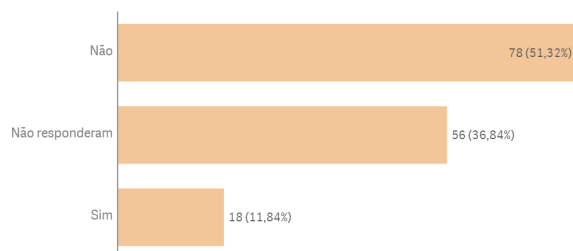
Ministério de Minas e Energia	SIAFI
Ministério do Desenvolvimento Regional	Plataforma + Brasil; SEI; SIAFI; SIOF
Ministério do Meio Ambiente	Plataforma +Brasil
Ministério do Turismo	Plataforma + Brasil; SALIC; SEI; SIAFI
Superintendência da Zona Franca de Manaus	Plataforma +Brasil
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	PLATAFORMA MAIS BRASIL E SIAFI
Universidade Federal de Catalão	SIAFI
Universidade Federal de Minas Gerais	Plataforma +Brasil
Universidade Federal de Pernambuco	Sipac (sistema interno)
Universidade Federal de Uberlândia	Plataforma + Brasil; SIAFI
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Plataforma Mais Brasil
Universidade Federal do Oeste do Pará	SIAFI
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Plataforma +BRASIL
Universidade Federal Rural de Pernambuco	Plataforma +Brasil

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Os Gráficos 3 e 4 também refletem evoluções ao formulário do Levantamento Anual das Transferências da União, questionando-se sobre a utilização do **Índice de Desempenho na Gestão das Transferências Discricionárias e Legais da União - IDTRU-DL**, ao decidir os destinos dos seus recursos, e dos **aplicativos da Plataforma +Brasil** (App Fiscalização +Brasil e Gestão +Brasil), para a fiscalização e/ou o acompanhamento dos instrumentos provenientes de recursos federais nela operacionalizados:

**Gráfico 3** - Quantidade de órgãos superiores que utilizam os indicadores IDTRU-DL

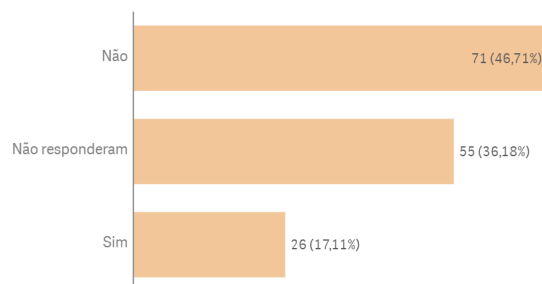
Quantidade de Órgãos Superiores que utilizam os indicadores IDTRU-DL



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

**Gráfico 4** - Quantidade de órgãos superiores que utilizam os aplicativos da Plataforma +Brasil

Quantidade de Órgãos Superiores que utilizam os aplicativos da Plataforma +Brasil



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Questionados quanto à possível utilização de **outros indicadores** pela instituição, foram apresentadas as respostas abaixo elencadas na Tabela 10:

**Tabela 10** - Outros indicadores

Órgão Superior	Outros Indicadores
Financiadora de Estudos e	Execução dos Recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); Encerramento de

Financiadora de Estudos e Projetos	Instrumentos Contratuais Não Reembolsáveis; Processamento das Propostas Não Reembolsáveis sob a responsabilidade da DRCT (Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)
Fundação Universidade de Brasília	Indicadores previstos nos Planos de Trabalho respectivos
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Índices - Índice de gestão descentralizada do PDDE e Pnate.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Plataforma - APREX/MMA
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Ação: 214J - Fiscalização em Metrologia e Qualidade; Produto: Fiscalização realizada; Indicadores da Ação: Eficiência LOA; Eficácia LOA; Eficiência Reprogramado; Eficácia Reprogramado.
Ministério da Cidadania	No âmbito do Sistema Único de Assistência Social- SUAS os recursos são repassados aos entes federados baseados em critérios de partilha aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, os quais são consignados em resoluções a cada nova pactuação.

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Também, foram questionados quanto à utilização de **outros aplicativos** pela instituição, e as respostas estão transcritas na Tabela 11:

**Tabela 11** - Outros aplicativos

Órgão Superior	Outros Aplicativos
Banco Central do Brasil	Publicação de informações no site do Banco Central do Brasil ( <a href="https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/lai">https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/lai</a> ). Sistemas próprios: Sistema de Integrado de Orçamento - SIORC e Sistema de Planejamento Orçamentário - SPO.
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	SISTEMA DE GESTÃO FINANCEIRA (CONTROLA A CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS E REPASSES FEITOS PELO DNIT); SIOR (CONTROLE DE INFRAÇÕES DE TRÂNSITO)
Financiadora de Estudos e Projetos	Informação sobre os recursos transferidos é divulgada no site da instituição em <a href="http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/execucao-orcamentaria-e-financeira/demonstrativos-da-execucao">http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/execucao-orcamentaria-e-financeira/demonstrativos-da-execucao</a> e <a href="http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/execucao-orcamentaria-e-financeira/termos-de-execucao-descentralizada">http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/fndct/execucao-orcamentaria-e-financeira/termos-de-execucao-descentralizada</a> .
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SIAFI/ Portal da Transparência
Fundação Joaquim Nabuco	Portal da Transparência
Fundação Universidade de Brasília	Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e Portal Transparência
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	clique escola e consulta escola
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Plataforma APREX/MMA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	Farol de desempenho no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)
Ministério da Cidadania	Os recursos repassados no âmbito do SUAS ficam disponíveis em plataforma para consulta pública com os valores repassados para cada componente/serviço/programas e os valores existentes nas contas correntes específicas.
Ministério da Saúde	INVESTSUS - <a href="https://investsus.saude.gov.br">https://investsus.saude.gov.br</a>
Ministério do Desenvolvimento Regional	SEI
Ministério do Turismo	Salic
Universidade Federal de Santa Maria	Portal de Transparência
Universidade Federal do Sul da Bahia	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec)
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	sítio da universidade

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

## FORÇA DE TRABALHO

Foram identificadas **3.019 pessoas** envolvidas no processo de transferências, indicando uma redução de 18,6%, em relação ao Censo de 2020, em que foram identificadas 3.711 pessoas envolvidas.

Na Tabela 12, indicamos a distribuição por instituição de acordo com as informações inseridas no Levantamento Anual 2021:

**Tabela 12** - Distribuição de pessoas envolvidas no processo de Transferências por instituição

Órgão Superior	Total
Agência Espacial Brasileira	16
Agência Nacional de Aviação Civil	9
Agência Nacional de Energia Elétrica	9
Agência Nacional de Saúde Suplementar	4
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	10
Banco Central do Brasil	6
Comissão de Valores Mobiliários	3
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	33
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	2
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	18
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	50
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	14
Empresa Brasil de Comunicação S.A.	5
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	8

Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	78
Empresa de Pesquisa Energética	5
Empresa de Planejamento e Logística S.A.	3
Financiadora de Estudos e Projetos	248
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	5
Fundação Joaquim Nabuco	4
Fundação Nacional de Artes	28
Fundação Nacional de Saúde	383
Fundação Oswaldo Cruz	9
Fundação Universidade Federal do ABC	11
Fundação Universidade Federal do Piauí	6
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	15
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	253
Indústrias Nucleares do Brasil S/A	18
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	9
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	1
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	3
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	28
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	2
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul	4
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	2
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	170
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	14
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	65
Ministério da Cidadania	355
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	81
Ministério da Economia	55
Ministério da Infraestrutura	32
Ministério da Justiça e Segurança Pública	138
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	100
Ministério das Comunicações	4
Ministério de Minas e Energia	7
Ministério do Desenvolvimento Regional	235
Ministério do Meio Ambiente	22
Ministério do Turismo	163
Superintendência da Zona Franca de Manaus	11
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	49
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	33
Universidade Federal da Fronteira Sul	5
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	4
Universidade Federal da Paraíba	8
Universidade Federal de Catalão	6
Universidade Federal de Goiás	3
Universidade Federal de Lavras	12
Universidade Federal de Minas Gerais	15
Universidade Federal de Pernambuco	13
Universidade Federal de Santa Maria	17
Universidade Federal de Uberlândia	3
Universidade Federal do Oeste da Bahia	3
Universidade Federal do Oeste do Pará	6
Universidade Federal do Paraná	22
Universidade Federal do Rio de Janeiro	15
Universidade Federal do Sul da Bahia	2
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	5
Universidade Federal Rural de Pernambuco	7
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	4
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	7

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Inicialmente, poder-se-ia inferir que a redução dos números apresentados no Levantamento Anual 2021, em relação ao Censo de 2020, seria reflexo da redução no número de instituições da administração indireta que responderam ao Levantamento Anual, bem como da carência de mão de obra sofrida por toda a administração pública. Entretanto, ao se analisar as 10 instituições com o maior número de pessoas envolvidas com transferências, conforme Tabela 13, pode-se notar que a diferença estaria nessas instituições, principalmente, no Ministério da Saúde que, em 2020, relatou ter 680 pessoas e, em 2021, comunicou **zero**. Sendo que a única entidade, entre essas 10 maiores, que apresentou aumento no número de pessoas envolvidas com transferências foi o Ministério da Cidadania.

**Tabela 13** - Comparativo das 10 instituições com o maior número de pessoas envolvidas com Transferências

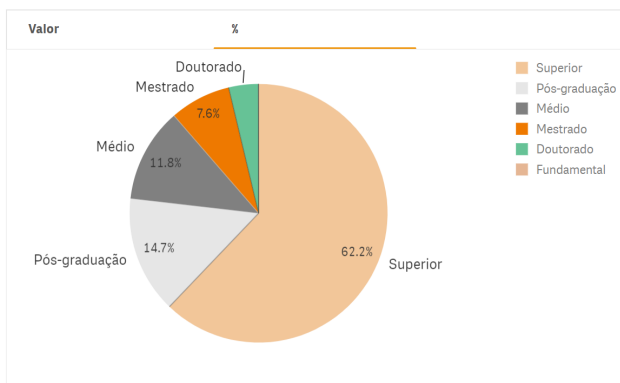
Órgão Superior	2020	2021	Diferença
Ministério da Saúde	680	0	-680
Fundação Nacional de Saúde	385	383	-2
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	319	253	-66
Financiadora de Estudos e Projetos	294	248	-46
Ministério do Desenvolvimento Regional	222	235	13
Ministério do Turismo	210	163	-47
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	180	170	-10
Ministério da Cidadania	169	355	186
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	94	100	6
Ministério da Defesa	93	0	-93
<b>TOTAL</b>	<b>2.646</b>	<b>1.907</b>	<b>-739</b>

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

No que diz respeito à escolaridade das pessoas envolvidas em atividades de transferências, conforme o Gráficos 5 e 6, temos os seguintes resultados:

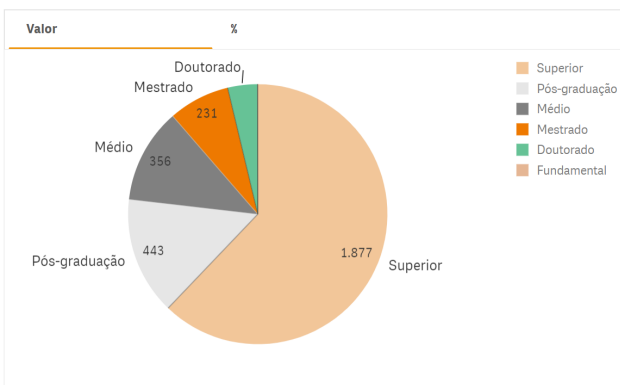
- 62,2% possuem, no mínimo, o nível superior, o que corresponde a um total de 1.877.
- 26,0% possuem especialização (pós-graduação, mestrado e/ou doutorado cumulativamente), o que corresponde a 786 pessoas
- 11,8% possuem o nível médio, o que corresponde a 356 pessoas; e
- 0,03% tem o ensino fundamental, sendo apenas 1 pessoa

**Gráfico 5** - Escolaridade das pessoas envolvidas em atividades de Transferências em porcentagem



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

**Gráfico 6** - Escolaridade das pessoas envolvidas em atividades de Transferências em números

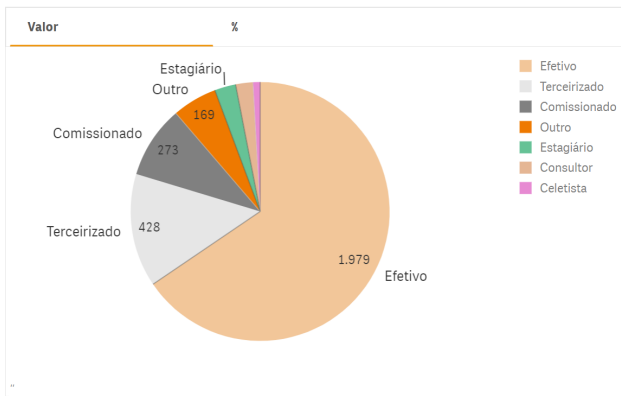


Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Além disso, com relação à composição do corpo técnico, conforme Gráfico 7, há um percentual elevado de servidores efetivos, entretanto, deve-se ressaltar o elevado número de terceirizados envolvidos no processo de transferências. Assim, entre as categorias com expressividade, temos:

- 1.979 servidores efetivos, um total de, o que representa 65,5% da mão de obra;
- 428 terceirizados envolvidos nas transferências, o que representam 14,2% do total;
- 273 servidores comissionados, exclusivamente, 9% do total; e
- 80 estagiários, correspondendo a 2,6% do estado.

**Gráfico 7 - Composição do corpo técnico**

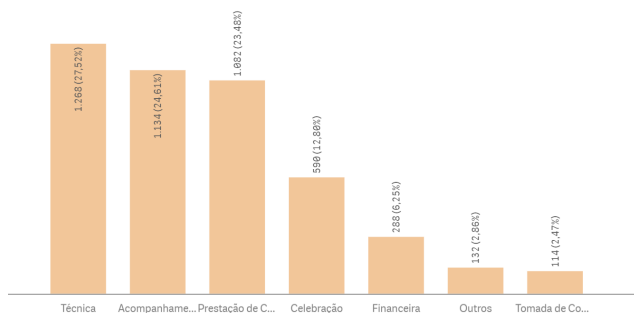


Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Quanto às fases em que as pessoas estão alocadas no processo de transferências, conforme Gráfico 8, o que pode impactar diretamente no ciclo de vida dos instrumentos, percebe-se que a maior parte desse corpo técnico encontra-se distribuído nas seguintes fases, entre outras, conforme abaixo informado:

- 1.268 pessoas envolvidas na fase técnica (27,52%)
- 1.134 pessoas envolvidas na fase de acompanhamento (24,61%);
- 1.082 pessoas envolvidas na fase de prestação de contas (23,48%);
- 590 pessoas envolvidas na fase de celebração (12,80%).

**Gráfico 8 - Fases em que as pessoas estão alocadas no processo de transferências**



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

\*A soma do quantitativo de pessoas envolvidas é superior ao número total de envolvidos no processo de transferências voluntárias, uma vez que grande parte das pessoas estão envolvidas em mais de um processo.

## CAPACITAÇÃO

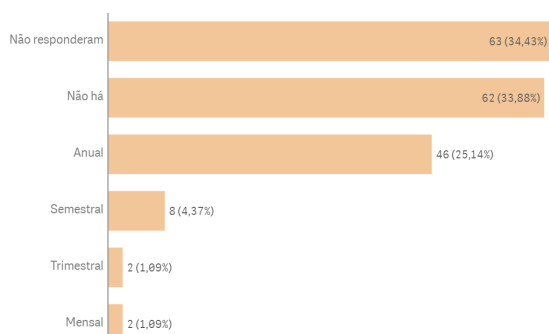
No que diz respeito à capacitação do corpo técnico envolvido nas transferências, conforme Gráfico 9, das 152 instituições respondentes ao Levantamento Anual (algumas responderam com mais de uma periodicidade), os resultados apresentados são considerados baixos. Os percentuais desses anos apresentam-se estáveis em relação ao ano anterior, contudo, houve uma pequena redução no número de órgãos que realizam capacitação, que pode ser efeito da Pandemia vivida:

- 31,69% realizam capacitação do pessoal envolvido com transferências de forma anual, semestral, trimestral ou mensal;
- 33,88% não realizam capacitação; e
- 34,43% não responderam com que periodicidade ou se realiza capacitação em sua instituição.



### Gráfico 9 - Capacitação do corpo técnico envolvido nas transferências

Qual a frequência de capacitação (cursos) sobre o tema Transferência oferecido aos colaboradores?



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

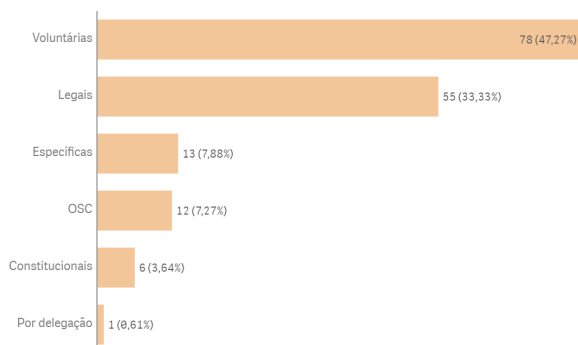
O Ministério da Economia, na governança das transferências da União, trabalha em Rede, a Rede +Brasil, que possui três eixos de atuação: melhoria da gestão, capacitação e comunicação e transparência. No que diz respeito ao eixo capacitação, este tem por escopo, conforme inciso II, do art. 3º, da Instrução Normativa nº 115, de 25 de novembro de 2020, *identificar, organizar, promover e difundir temáticas por meio da realização de cursos e encontros, com o objetivo de auxiliar os órgãos repassadores, recebedores, controle ou outros interessados, nas diferentes esferas de governo e de Poderes, na operacionalização da Plataforma +Brasil e suas ferramentas de gestão.*

Assim, a Rede +Brasil, por meio de sua Secretaria-Executiva (Departamento de Transferências da União) e em parceria com escolas de governo, especialmente, tem promovido, amplamente, cursos de capacitação voltados às transferências de recursos públicos, com destaque para o curso "Formação de Multiplicadores", cujo objetivo é formar servidores de forma a estarem aptos a disseminar o conhecimento na temática de transferências, especialmente, dentro de sua instituição. Importante destacar que, a cada modalidade de transferência incorporada à Plataforma +Brasil, também amplia-se o escopo dos cursos de capacitação de forma atender o novo cenário.

Da totalidade de multiplicadores informados no levantamento, 47,27%, estão habilitados na temática de transferências voluntárias. No Gráfico 10, podemos ver o número de multiplicadores relacionados a outras temáticas:

### Gráfico 10 - Quantidade de Multiplicadores por tipo

Quantidade de Multiplicadores por Tipo



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

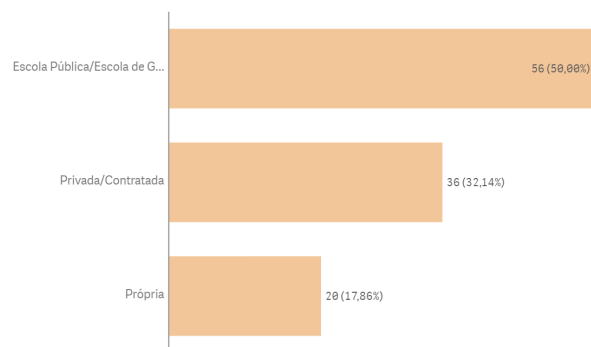
Esse resultado pode ser atribuído à atuação da Rede +Brasil, que, conforme informado anteriormente, forma multiplicadores nas temáticas de transferências da União, operacionalizadas na Plataforma +Brasil, desde a sua criação, em 2016.

Apesar da oferta gratuita e eficiente de capacitação, existem instituições privadas que oferecem curso nessa temática e, aparentemente, são procurados por instituições públicas para capacitação de seus servidores. Essa situação pode evidenciar que pode haver desconhecimento, por parte dos gestores, sobre a realização de capacitações internas por esses multiplicadores sobre transferências ou, apesar de disporem de profissionais aptos a multiplicar gratuitamente, essa ação não é priorizada.

Outra informação importante envolvendo o tema é que 50% dessas capacitações, conforme Gráfico 11, são oferecidas em escolas públicas/escolas de governo, ou seja, há a disponibilização de capacitações gratuitas envolvendo o tema. Assim, deve-se atentar para a sensibilização das instituições com foco na importância da capacitação de seus servidores/colaboradores.

### Gráfico 11 - Quantidade de órgãos por tipo de capacitação

Quantidade de Órgãos por Tipo Capacitação



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

## PASSIVO

Quando questionados sobre a existência de passivo de instrumentos finalizados com prestação de contas sem análise, bem como não apresentada pelo conveniente, 33,55% dos órgãos e entidades alegam ter instrumentos nessa situação, o que corresponde a 51 instituições; enquanto 33,55% afirmaram não possuir passivo, o que corresponde a 51 órgãos e entidades, conforme Gráfico 12.

Contudo, deve-se ressaltar que 50 instituições não responderam a essa questão, o equivalente a 32,89% do total das instituições respondentes. Dessa forma, pode-se inferir que o percentual de instituições com passivo possa ser bem superior aos apresentados, aproximadamente, 1/3 das instituições respondentes ao Censo.

Com relação à gestão de passivo de instrumentos oriundos de transferências de recursos, citamos trabalho realizado, em 2018, pela Controladoria Geral da União (CGU), em parceria com este Departamento de Transferências da União, que resultou no desenvolvimento do modelo preditivo de prestações de contas das transferências voluntárias, um sistema "Malha Fina de Convênios", por meio de inteligência artificial, baseado em nota de risco para medir a probabilidade de aprovação ou reprovação das contas.

E, com vistas a ampliar os benefícios da metodologia empregada, de forma a solucionar o passivo de prestação de contas de transferências voluntárias relativo a instrumentos anteriores ao módulo Siconv da Plataforma +Brasil, está em fase de disponibilização, sistema satélite à Plataforma +Brasil, ferramenta para gestão de passivo, que permitirá solucionar os antigos instrumentos celebrados em papel. Salienta-se que essa solução foi desenvolvida a partir da detecção do número de instrumentos nessa situação nas versões anteriores do Censo. Além da ferramenta, foram publicadas a PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 5.548, DE 24 DE JUNHO DE 2022, que estabelece regras, diretrizes e parâmetros, com base em metodologia de avaliação de riscos, para aplicação do procedimento informatizado de análise de prestações de contas do passivo de convênios e instrumentos congêneres, cadastrados no módulo de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, que foram operacionalizados fora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, da Plataforma +Brasil; e a PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU Nº 5.546, DE 24 DE JUNHO DE 2022, que estabelece regras, diretrizes e parâmetros, com base em metodologia de avaliação de riscos, para arquivamento de prestações de contas do passivo de convênios e instrumentos congêneres. A adoção dessas soluções pelo órgãos da Administração pública federal tem o potencial de diminuir a carteira total de instrumentos no passivo em mais 35%, gerando uma economia estimada em aproximadamente 300 milhões de reais, de acordo com estudo da CGU.

**Gráfico 12** - Quantitativo de instrumentos no passivo

Há instrumentos no passivo (finalizados e pendente de análise final)?



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

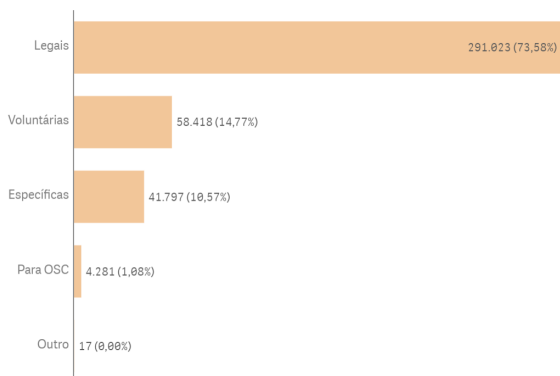
A quantidade de instrumentos com passivo em prestação de contas reduziu, praticamente, pela metade, do Censo 2020 para o Levantamento Anual 2021, passando-se de 792.484 para 395.536. Esse fato se deve quase que, exclusivamente,

ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o qual diminuiu o seu passivo de 749.608 para 353.952. Assim, excluindo-se o FNDE, o número de instrumentos no passivo é de 41.584, no Censo 2021, e de 42.876, no Censo 2020, representando, uma pequena redução de 3,0%.

Dessa forma, o tipo com o maior passivo é o de transferências legais, 291.023, seguidos de transferências voluntárias e específicas, com 58.418 e 41.797, respectivamente, conforme Gráfico 13.

**Gráfico 13** - Quantitativo de passivo por tipo

Quantidade Passivo por Tipo

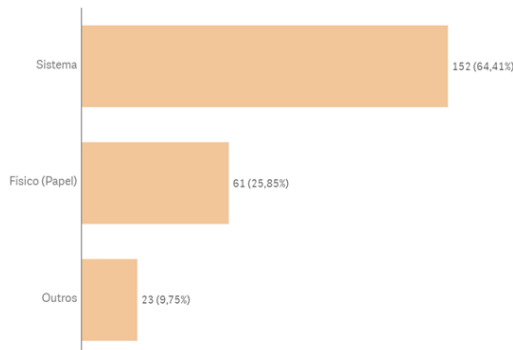


Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Como novo item adicionado ao formulário, outra evolução ao Levantamento Anual, questionou-se o formato em que esses instrumentos que estão no passivo estão armazenados, o que é demonstrado no Gráfico 14, sendo que uma instituição respondeu mais de um formato para a gestão do passivo:

**Gráfico 14** - Formato da gestão dos instrumentos no passivo

Formatos de Gestão dos Instrumentos no passivo



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Esse passivo está distribuído da seguinte forma, por tipo e instrumentos (Passivo de Prestação de Contas), conforme Tabela 14:

**Tabela 14** - Relação de passivo por tipo e instrumento

Instrumento	Quantidade Passivo
Transferências automáticas	286.711 (72,48%)
Convênios	46.481 (11,75%)
PAR - Plano de Ações Articuladas	30.238 (7,64%)
Lei de Incentivo à Cultura (renúncia fiscal)	12.414 (3,14%)
Termo de Compromisso	6.662 (1,68%)
SUAS - Sistema Único de Assistência Social	2.747 (0,69%)
Transferência Fundo a Fundo (TFF)	2.747 (0,69%)
Defesa Civil	2.141 (0,54%)
Convênio de Ciência, Tecnologia e Inovação	1.565 (0,40%)
Lei de Incentivo ao Esporte (renúncia fiscal)	1.068 (0,27%)
Termo de Execução Descentralizada	958 (0,24%)
Contratos de Repasse	884 (0,22%)
Intercâmbio Cultural	669 (0,17%)
Termo de Fomento	177 (0,04%)
Termo de Parceria	27 (0,01%)

Termo de Colaboração	21 (0,01%)
Termo de Cooperação	9 (0,00%)
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb	3 (0,00%)

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

É importante ressaltar que muitos órgãos informaram uma boa evolução quanto à análise do passivo, conforme pode ser visto na Tabela 15:

**Tabela 15** - Evolução quanto à análise do passivo

Órgão Superior	Passivo Concluído	Passivo Restante
Ministério da Cidadania	2.306	3.436
Financiadora de Estudos e Projetos	534	1.636
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	128	108
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	15	85
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	610	61
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	21	32
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba	22	17
Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste	77	12
Ministério da Infraestrutura	1	11
Ministério da Justiça e Segurança Pública	4	9
Ministério do Meio Ambiente	262	3
Fundação Nacional de Saúde	2.411	0
Ministério da Economia	2.103	0

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Esse passivo foi mapeado por faixas de valores relacionados aos objetos mapeados, considerando as respostas dos órgãos ao Levantamento Anual. Ao observarmos a Tabela 16, destaca-se a maior quantidade de instrumentos, 58,6%, enquadra-se na faixa de instrumentos até R\$100 mil. Isso indica que, caso os órgãos não possuam, poderia ser implementado limite de tolerância aos riscos, o que permitiria uma análise informatizada de prestação de contas, agilizando e podendo até permitir a redução do passivo.

**Tabela 16** - Relação de passivo por faixas de valores relacionados aos objetos mapeados

Objeto	Faixa	Quantidade de Transferências
<b>Equipamento e Custeio</b>	Faixa 1 - Até R\$ 100.000,00	203.253
	Faixa 2 - De R\$ 100.000,01 até R\$ 250.000,00	63.039
	Faixa 3 - De R\$ 250.000,01 a 999.999,990	45.710
	Faixa 4 - A partir de R\$ 1.000.000,00	11.791
	<b>Total</b>	<b>323.793</b>
<b>Obras e Serviços de Engenharia</b>	Faixa 1 - Até R\$ 100.000,00	1.238
	Faixa 2 - De R\$ 100.000,01 a R\$ 749.999,99	9.946
	Faixa 3 - De R\$ 750.000,00 a R\$ 1.499.999,99	4.043
	Faixa 4 - De R\$ 1.500.000,00 a R\$ 4.999.999,99	1.759
	Faixa 5 - Acima de R\$ 5.000.000,00	732
<b>Total</b>	<b>17.718</b>	
<b>Outros</b>	Faixa 1 - Até R\$ 100.000,00	18.751
	Faixa 2 - De R\$ 100.000,01 até R\$ 250.000,00	9.000
	Faixa 3 - De R\$ 250.000,01 a 999.999,990	8.084
	Faixa 4 - A partir de R\$ 1.000.000,00	3.771
<b>Total</b>	<b>39.606</b>	
<b>TOTAL</b>		<b>381.117</b>

\* Observação: foi excluído o valor informado pelo Ministério da Justiça na Faixa 2 de equipamento e Custeio (146.035.673), devido o valor informado não estar condizente com o questionamento.

Fonte: Painel de

O Levantamento Anual também questionou se foram adotadas medidas para solucionar o problema de instrumentos no passivo, especificamente, na área de normas ou instruções internas para análise, conforme Gráfico 15, e se já foram instituídos grupos de trabalho ou outro tipo de ação para solucionar o passivo, conforme Gráfico 16. Nota-se que mais de 1/3 das instituições adotou alguma medida. Ressalte-se que a instituição de grupo de trabalho só foi realizada por 17 dessas instituições, número inferior ao que havia sido instituído nos dois anos anteriores.

**Gráfico 15** - Existência de norma ou instrução interna sobre análise de instrumentos de Transferências

Há alguma norma ou instrução interna sobre análise (de qualquer das fases, celebração/execução/prestação de contas) de instrumentos da transferência?



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

**Gráfico 16** - Criação de grupo de trabalho ou outro tipo de ação para solução do passivo

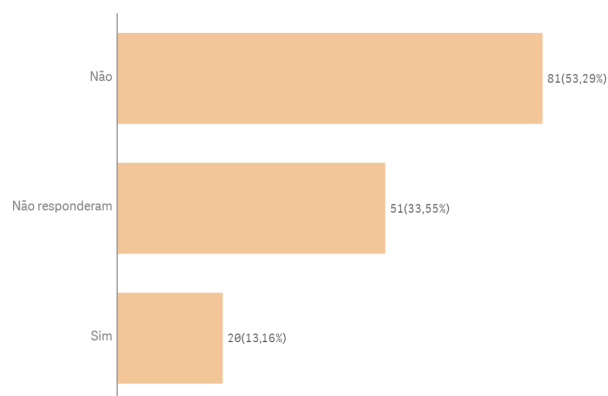
Já foi realizado algum grupo de trabalho ou outro tipo de ação para solução de passivo? (finalizados e pendente de análise final)



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Também, no âmbito do passivo da instituição, questionou-se, pela primeira vez, no Levantamento Anual, sobre a instauração de Tomadas de Contas Especial (TCE), no caso, em relação a 2020, cujo resultado é apresentado no Gráfico 17. Apenas 20 órgãos afirmam ter instaurado TCEs:

**Gráfico 17** - Quantidade de órgãos que instauraram Tomada de Contas Especiais em 2022



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

Questionados quanto aos **sistemas utilizados para a gestão do respectivo passivo**, foram citados, principalmente, a utilização de planilhas e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Na Tabela 17, estão relacionadas as respostas inseridas pelas instituições:

**Tabela 17** - Outros Sistemas de Gestão de Passivo

Órgão Superior	Outros Sistemas de Gestão de Passivo
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	SEI
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	Plataforma SEI
Empresa de Planejamento e Logística S.A.	SEI, SIAFI, PRESTAÇÃO DE CONTAS
Fundação Oswaldo Cruz	SEI FIOCRUZ
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	planilhas
Ministério da Cidadania	SEI; SIAFI
Ministério do Desenvolvimento Regional	SEI; SIAFI
Ministério do Turismo	SALIC
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	SGD - Sistema de Gestão de Documentos
Universidade Federal da Paraíba	sipac
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Plataforma +Brasil
VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	SIAFI e controle próprio

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

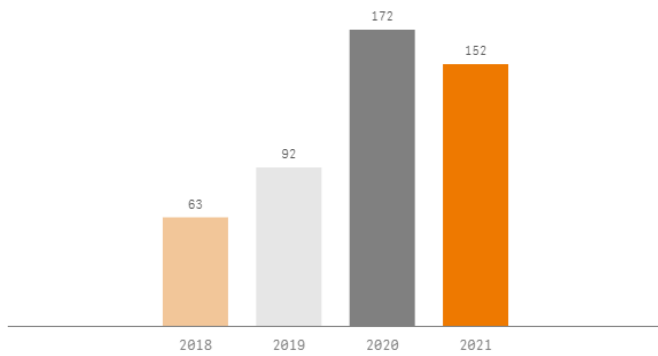
#### ALGUMAS COMPARAÇÕES ENTRE AS EDIÇÕES DO CENSO DAS TRANSFERÊNCIAS

As análises relativas aos Censos das Transferências 2018 (ano-base 2017), 2019 (ano-base 2018) e 2020 (ano-base 2019) consideraram, como campo de observação, além das transferências voluntárias, outras modalidades de transferências da União. Além disso, foram considerados os órgãos da Administração Direta e Indireta no campo de estudo. Desse modo, seguem os comparativos:

Pode-se notar, no Gráfico 18, que, em 2021, o crescimento do número de órgãos que responderam ao Levantamento Anual das Transferências parou, percebendo-se uma redução, principalmente, devido ao número de órgãos da administração indireta que responderam ao Levantamento. Dessa forma, já se iniciou um trabalho junto ao Departamento de Transformação Governamental e as Universidades Federais para que estas também respondam ao Levantamento.

#### INSTITUIÇÕES RESPONDENTES:

**Gráfico 18** - Quantidade de instituições que responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União entre 2018 e 2021



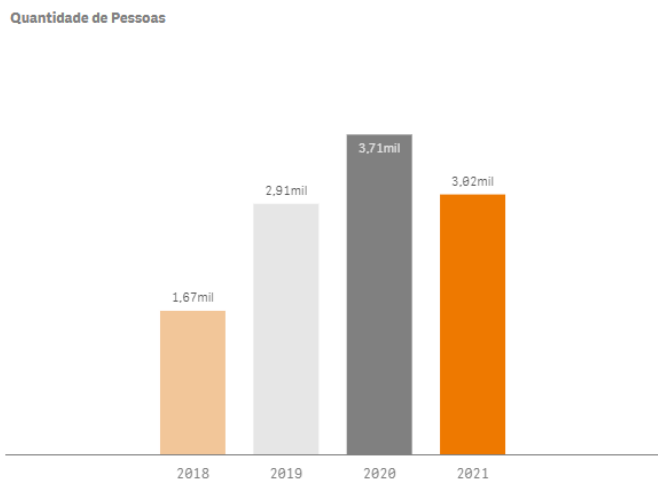
Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

• **Quantidade de pessoas envolvidas no processo de Transferências**

Percebe-se, claramente, o observarmos o Gráfico 19, que a ascensão do número de pessoas envolvidas no processo das transferências entre os anos de 2018 e 2020 regrediu em 2021. Comparando-se, por exemplo, os resultados obtidos pelo Censo 2020 (ano-base 2019), nota-se que houve um significativo aumento se comparado ao Censo anterior, no qual, tínhamos 2.910 pessoas envolvidas, para 3.710 pessoas, o que representa um aumento de 27,5%. Já ao compararmos 2021 a 2020, tivemos uma redução de 18,6%, voltando-se ao patamar de 3.019 pessoas envolvidas. Nesse caso, não se pode inferir que foi devido à redução do número de instituições respondentes, mas sim do número de pessoas envolvidas da administração direta, conforme Gráfico 20, que atingiu o seu menor nível desde o começo do Levantamento.

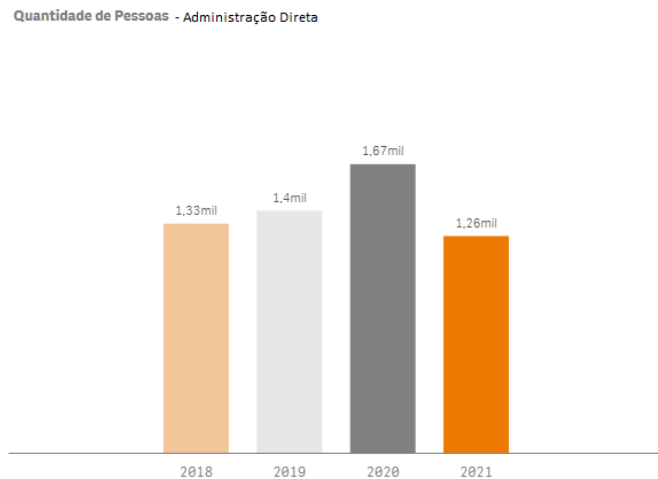
**FORÇA DE TRABALHO**

**Gráfico 19** - Quantidade de pessoas envolvidas no processo de Transferências entre os anos 2018 e 2021



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

**Gráfico 20** - Quantidade de pessoas envolvidas no processo de Transferências na Administração Direta entre 2018 e 2021



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

- **Escolaridade**

Conforme Tabela 18, no Levantamento de 2021, 88,2% das pessoas envolvidas em atividades de transferências possuem, no mínimo, nível superior. Esse percentual é levemente superior em relação ao Levantamento anterior, que era de 87,9%. Apesar da queda no número de pessoas envolvidas, o mais importante é verificar a redução de pessoas que possuem apenas o nível médio do Levantamento de 2019 para 2021, caindo de 17,9% para 11,8%.

**Tabela 18** - Escolaridade das pessoas envolvidas no processo de Transferências - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021

<b>Categoria</b>	<b>Censo 2019</b>	<b>Censo 2020</b>	<b>Levantamento Anual 2021</b>
Superior	1.821 (62,4%)	2.255 (60,6%)	1.877 (62,2%)
Pós-graduação	320 (11%)	614 (16,5%)	443 (14,7%)
Médio	521 (17,9%)	451 (12,1%)	356 (11,8%)
Mestrado	153 (5,2%)	289 (7,8%)	231 (7,6%)
Doutorado	57 (2,0%)	112 (3,0%)	112 (3,7%)

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

- **Composição do Corpo Técnico**

Conforme Tabela 19, o percentual de servidores efetivos vem caindo desde o então Censo de 2019, passando de 71,5% para 65,5%, notando-se uma elevação do percentual de pessoas apenas com cargo comissionado, que passou de 6,3% para 9%, e do percentual de terceirizados, que passou de 10,4% para 14,2%.

**Tabela 19** - Percentual de servidores efetivos envolvidos no processo de Transferências - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021

<b>Categoria</b>	<b>Censo 2019</b>	<b>Censo 2020</b>	<b>Levantamento Anual 2021</b>
Servidores Efetivos	2.082 (71,5%)	2.546 (68,5%)	1.979 (65,5%)
Terceirizados	304 (10,4%)	301 (8,1%)	428 (14,2%)
Servidores Comissionados	184 (6,3%)	236 (6,4%)	273 (9%)

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

- **Quantidade de Pessoas por Fase**

Em comparação ao levantamento anterior, notamos, observando-se a Tabela 20, um pequeno crescimento do percentual de pessoas envolvidas com a parte técnica e com a prestação de contas, de 47,68% para 51%, tendo-se mantido, praticamente inalterado, o percentual de pessoas envolvidas com o acompanhamento. Deve-se ressaltar que uma mesma pessoa pode estar envolvida em mais de uma fase da transferência.

**Tabela 20** - Percentual de pessoas envolvidas com a parte técnica e prestação de contas - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021

<b>Fase</b>	<b>Censo 2019</b>	<b>Censo 2020</b>	<b>Levantamento Anual 2021</b>
Técnica	876 (19,84%)	1.549 (25,13%)	1.268 (27,52%)
Acompanhamento	1.587 (35,94%)	1.537 (24,94%)	1.134 (24,61%)
Prestação de contas	869 (19,68%)	1.390 (22,55%)	1.082 (23,48%)

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

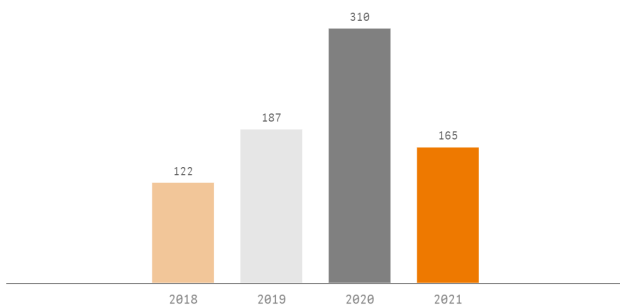
## **CAPACITAÇÃO**

- **Multiplicadores envolvidos na temática de transferências**, no total dos órgãos concedentes.

O número desses multiplicadores reduziu, substancialmente, caindo para valores inferiores ao então Censo de 2019, uma redução de 46,7%, conforme demonstrado no Gráfico 21.

**Gráfico 21** - Quantidade de multiplicadores





Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

- Promoção de **capacitação do corpo técnico** envolvido nas transferências

Nota-se, conforme Tabela 21, que o percentual de órgãos que realizam capacitação com o seu corpo técnico vem caindo ao longo dos últimos anos, passando de 40,17% para 31,69%.

**Tabela 21** - Capacitação do corpo técnico envolvido no processo de Transferências - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021

Item	Censo 2019	Censo 2020	Levantamento Anual 2021
Realizam capacitação do pessoal envolvido com transferências de forma anual, semestral, trimestral ou mensal;	40,17%	32,5%	31,69%
Não realizam capacitação	25,41%	32%	33,88%
Não responderam com que periodicidade ou se realiza capacitação em sua instituição	34,43%	35,5%	34,43%

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

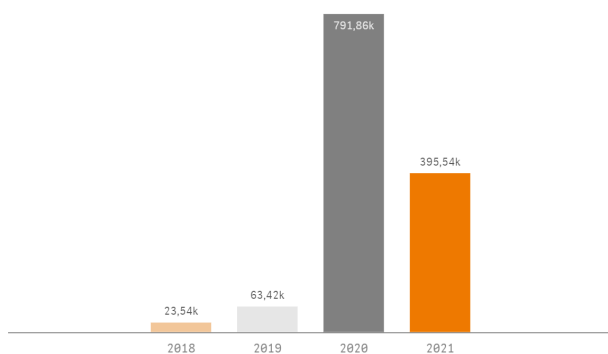
## PASSIVO

- **Instrumentos no passivo de análise de prestação de contas**

Tanto a elevação do quantitativo do passivo no ano de 2020 quanto a redução do passivo em 2021, conforme Gráfico 22, devem-se quase que, exclusivamente, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**Gráfico 22** - Passivo - Censos 2018 a 2020 e Levantamento Anual 2021

Quantidade de Passivo



Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

- **Instrumentos no passivo (finalizados e pendente de análise final)**

Conforme Tabela 22, houve um pequeno incremento com o percentual de instituições que afirmam possuir algum passivo de prestação de contas em relação ao levantamento anterior, de 32,56% para 33,55%. A queda do levantamento de 2019 para 2020, deve-se, em parte, pela implementação da análise informatizada, a qual pode ter tido um certo esgotamento do modelo, assim sendo, o normativo encontra-se em análise para possíveis ajustes.

**Tabela 22** - Instrumentos no passivo finalizados e pendente de análise final - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021

Item	Censo 2019	Censo 2020	Levantamento Anual 2021
------	------------	------------	-------------------------

Percentual de instituições com passivo de prestação de contas	41,30%	32,56%	33,55%
Percentual das que não haviam respondido	32,61%	36,63%	32,89%
Não possui passivo de prestação de contas	26,09%	30,81%	33,55%

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

#### • Passivo por tipo de transferência

Conforme Tabela 23, tirando as transferências para as OSC, todas os demais tipos de Transferências tiveram queda em relação ao levantamento anterior, mas deve ser dado ênfase na redução das transferências legais, que se deve, principalmente, a ajustes realizados no quantitativo informado pelo FNDE, bem como a categoria "Outro", que voltou a não aparecer os instrumentos relativos ao Programa Território da Cidadania, que tinham aparecido no levantamento anterior.

**Tabela 23** - Passivo por tipo de Transferência - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021

Item	Censo 2019	Censo 2020	Levantamento Anual 2021
Legais	9.736	659.722	291.023
Voluntárias	34.652	68.276	58.418
Específicas	16.812	56.047	41.797
Outro	-	5.885	17
Para OSC	2.560	2.554	4.281

Fonte: Painel de Censo das Transferências 2022

## CONCLUSÃO

É importante ressaltar que, por serem dados coletados por meio de autodeclaração, estes estão sujeitos a desvios originados de erro humano, no ato de preenchimento do instrumento de coleta. Assim, foram identificados preenchimentos incorretos do formulário, tais como identificar outros tipos de transferências e não identificá-los.

Cabe-se destacar que, em outubro de 2019, houve a instituição do Plataforma +Brasil por meio do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Projeta-se a internalização de todas as transferências de recursos da União à Plataforma até o final de 2023. Ressalta-se que essa plataforma web, de âmbito nacional, é reconhecida, inclusive pelos órgãos de controle, como ferramenta de eficiência, transparência e rastreabilidade na gestão e controle dos recursos públicos. Esta tem por objetivo:

- Art. 2º São objetivos da Plataforma +Brasil:
- I - padronizar e simplificar os processos de transferências de recursos;
  - II - permitir que os recursos aplicados sejam rastreados;
  - III - oferecer meios tecnológicos para o fortalecimento da integridade e a transparência das informações;
  - IV - fomentar boas práticas de governança e gestão na execução de políticas públicas, com foco na geração de resultados para a sociedade;
  - V - promover a participação dos cidadãos na aferição de resultados das políticas públicas implementadas com os recursos transferidos por meio da plataforma; e
  - VI - estimular a operacionalização de outras transferências por meio da plataforma.

A referida Plataforma visa ampliar a experiência exitosa do antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv, hoje, denominado módulo "Transferências Voluntárias" dentro da Plataforma, para outros tipos de transferências de recursos realizadas pela União, assim como tem sido feito com as transferências Fundo a Fundo, as Transferências Especiais, o Fundo Cultural - Aldir Blanc e o Termo de Compromisso. Pertinente salientar que estão em andamento novos Acordos de Cooperação Técnica que trarão outros tipos de transferência para dentro da Plataforma.

Com a instituição da Plataforma +Brasil, observou-se a necessidade de ampliar também o escopo da antiga rede de gestão colaborativa do Siconv, denominada Rede Siconv. Assim, institui-se, por meio da Portaria ME n.º 33, de 22 de janeiro de 2020, a rede da Plataforma +Brasil, denominada Rede +Brasil, a qual tem por objeto desenvolver ações voltadas à melhoria dos processos de gestão das transferências da União operacionalizadas por meio da Plataforma + Brasil. Sendo que compete a esta:

- I - promover ações de melhoria da gestão nos processos de transferências da União operacionalizadas por meio da Plataforma + Brasil;
- II - auxiliar os órgãos e entidades integrantes da Rede +Brasil nas atividades e processos relativos à capacitação; e
- III - aprimorar as atividades de comunicação e transparência relativas às transferências da União operacionalizadas na Plataforma + Brasil.

Dessa forma, entende-se a Rede como um dos principais canais que auxiliam na solução de alguns problemas existentes, tais como os detectados na análise do então Censo Anual das Transferências, agora, Levantamento Anual das

Transferências da União, especialmente, aqueles relacionados à capacitação de pessoas e ao passivo de prestação de contas. Dessa forma, visa-se que, cada vez mais, tenhamos um maior número de órgãos e entidades aderentes à Rede.

Cabe destacar que, além dos órgãos e entidades da administração pública federal, também fazem parte da Rede os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, serviços sociais autônomos, entidades privadas com ou sem fins lucrativos, ou, ainda, organizações da sociedade civil (OSCs), de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Percebe-se, portanto, o envolvimento de grande número de atores que atuam ao longo do processo de transferências recursos públicos, desde sua concessão, execução e prestação de contas. A formalização e a adesão a Rede +Brasil foram definidas, por meio da Instrução Normativa SEGES/ME nº 115, de 25 de novembro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos e as diretrizes necessárias ao cumprimento das competências da Rede +Brasil.

Além da Rede, na busca por auxiliar os órgãos e entidades que atuam nas transferências de recursos da União, disciplinou-se, por meio da Instrução Normativa nº SEGES/ME nº 19, de 4 de abril de 2022, as práticas de governança e gestão, as quais estão sistematizadas e descritas no Modelo de Governança e Gestão - Gestão.gov.br, com o intuito de elevar o nível de maturidade das práticas de governança e de gestão dos órgãos e entidades que operacionalizam parcerias por meio da Plataforma +Brasil.

Além disso, ciente que um dos principais problemas dos órgãos/entidades é o passivo de prestação de contas, mais de 790 mil, deve-se mencionar a Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 6 de novembro de 2018, a qual estabelece regras, diretrizes e parâmetros, com base na metodologia de avaliação de riscos, para adesão dos órgãos e entidades concedentes, nos termos do § 7º do art. 62 da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, para análise de prestação de contas informatizada. Nesse contexto, pode-se detectar pelo Censo, que mais de 559 mil instrumentos estão abaixo de R\$750 mil, logo, passíveis de adesão ao procedimento informatizado de análise da prestação de contas, se todos fossem operacionalizados na Plataforma +Brasil.

Ademais, com o advento da publicação da PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU nº 5.548, de 2022 e da PORTARIA INTERMINISTERIAL ME/CGU nº 5.546, de 2022, que tratam da análise de prestação mediante risco e de arquivamento de prestação de contas respectivamente, espera-se que ocorra uma redução no passivo de prestação de contas de transferências voluntárias relativo a instrumentos anteriores ao módulo Siconv da Plataforma +Brasil. A adoção dessas soluções pelo órgãos da Administração pública federal tem o potencial de diminuir a carteira total de instrumentos no passivo em mais 35%, gerando uma economia estimada em aproximadamente 300 milhões de reais, de acordo com estudo da Controladoria-Geral da União - CGU, o qual realizou e construiu a matriz de risco proposto nesta solução.

Parte da divulgação da Rede, do Getão.gov.br, da análise informatizada, dentre outras atividades vem sendo realizada, por intermédio da inclusão de ações em Plano de Gestão Estratégicas e Transformação Institucional de Órgãos e entidade do Poder Executivo Federal que aderem ao TransformaGov. A seguir algumas das ações sugeridas para a inclusão:

- Aderir à Rede +Brasil;
- Publicar ato com os limites de tolerância aos riscos para análise informatizada de prestação de contas;
- Responder ao Levantamento Anual das Transferências da União;
- Capacitar os agentes públicos no aplicativo "Fiscalização Mais Brasil";
- Capacitar os servidores na utilização das ferramentas de gestão da Plataforma +Brasil (Painéis e aplicativos).

O TransformaGov é outra iniciativa da Secretaria de Gestão, visando atender órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que consiste em um Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, cujos objetivos são:

- I - diagnosticar necessidades de inovação institucional, modernização das estruturas regimentais e gestão estratégica;*
- II - definir prioridades de digitalização, simplificação e integração de processos;*
- III - identificar e propor arranjos institucionais para a entrega de políticas públicas, promovendo sinergias e eliminando fragmentações e sobreposições;*
- IV - estimular ganhos de eficiência por meio de parcerias e descentralização administrativa;*
- V - otimizar a implementação de políticas públicas com a oferta de melhores serviços à sociedade.*

A realização do Levantamento de Transferências é uma iniciativa que direciona ações da Rede +Brasil, com vistas a promoção da melhoria da gestão dos recursos públicos, da capacitação e ações de promoção de comunicação e transparência para gestores e cidadãos.

Essas foram as informações obtidas com a realização do Levantamento Anual das Transferências da União 2021 (ano-base 2020). Tais dados serão apresentados nas reuniões da Rede +Brasil, com o objetivo de melhorar o alcance do projeto proposto, bem como estudar meios de auxiliar os órgãos na melhoria da governança e gestão nos aspectos analisados por este censo, quais sejam, transferências, força de trabalho, capacitação, e passivo de instrumentos para análise de prestação de contas.

Sendo assim, para a edição do Levantamento Anual das Transferências da União 2022 (ano base 2021), esta estrutura será utilizada como base da Seges/SEGDD/ME para maximizar a adesão e dirimir dúvidas quanto ao preenchimento, melhorando a qualidade dos dados e sua análise qualitativa.

À consideração da Coordenadora-Geral de Governança Colaborativa e Gestão do Conhecimento.

De acordo. Encaminhe-se à análise da Diretora do Departamento de Transferências da União.

Documento assinado eletronicamente  
TÂMARA DA CONCEIÇÃO CARVALHO DE CASTRO  
Coordenadora-Geral

De acordo. Encerrada a análise do Levantamento Anual das Transferências da União 2021 (ano-base 2020).

Documento assinado eletronicamente  
REGINA LEMOS ANDRADE  
Diretora

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

### LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Quantidade Percentual de órgãos superiores que realizaram Transferências por ente.
- Gráfico 2** - Quantidade de órgãos superiores por tipos de despesa mais frequentes.
- Gráfico 3** - Quantidade de órgãos superiores que utilizam os indicadores IDTRU-DL.
- Gráfico 4** - Quantidade de órgãos superiores que utilizam os aplicativos da Plataforma +Brasil.
- Gráfico 5** - Escolaridade das pessoas envolvidas em atividades de Transferências em porcentagem.
- Gráfico 6** - Escolaridade das pessoas envolvidas em atividades de Transferências em números.
- Gráfico 7** - Composição do corpo técnico.
- Gráfico 8** - Fases em que as pessoas estão alocadas no processo de Transferências.
- Gráfico 9** - Capacitação do corpo técnico envolvido nas transferências.
- Gráfico 10** - Quantidade de Multiplicadores por tipo.
- Gráfico 11** - Quantidade de órgãos por tipo de capacitação.
- Gráfico 12** - Quantitativo de instrumentos no passivo.
- Gráfico 13** - Quantitativo de passivo por tipo
- Gráfico 14** - Formato da gestão dos instrumentos no passivo.
- Gráfico 15** - Existência de norma ou instrução interna sobre análise de instrumentos de Transferências.
- Gráfico 16** - Criação de grupo de trabalho ou outro tipo de ação para solução do passivo.
- Gráfico 17** - Quantidade de órgãos que instauraram Tomada de Contas Especiais em 2022.
- Gráfico 18** - Quantidade de instituições que responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União entre 2018 e 2021
- Gráfico 19** - Quantidade de pessoas envolvidas no processo de Transferências entre 2018 e 2021.
- Gráfico 20** - Quantidade de pessoas envolvidas no processo de Transferências na Administração Direta entre 2018 e 2021.
- Gráfico 21** - Quantidade de multiplicadores.
- Gráfico 22** - Passivo - Censos 2018 a 2020 e Levantamento Anual 2021.

### LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Quantitativo de instituições habilitadas que responderam ou não ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021.
- Tabela 2** - Relação das instituições que não responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021.
- Tabela 3** - Instituições da Administração Direta que responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e respectivos valores empenhados e liberados em 2020.
- Tabela 4** - Instituições da Administração Indireta que responderam ao Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e respectivos valores empenhados e liberados em 2020.
- Tabela 5** - Categorias de transferências mapeadas e tipos principais de transferências realizadas

**Tabela 6** - Instrumentos mapeados para a realização de Transferências pela União.

**Tabela 7** - Tipos/Instrumentos objetos das celebrações de parcerias.

**Tabela 8** - Valores empenhados e liberados segundo o Levantamento Anual das Transferências da União 2021 e valores Plataforma +Brasil.

**Tabela 9** – Sistemas utilizados para a gestão das Transferências da União.

**Tabela 10** - Outros indicadores.

**Tabela 11** - Outros aplicativos

**Tabela 12** - Distribuição de pessoas envolvidas no processo de Transferências por instituição

**Tabela 13** - Comparativo das 10 instituições com o maior número de pessoas envolvidas com Transferências.

**Tabela 14** - Relação de passivo por tipo e instrumento.

**Tabela 15** - Evolução quanto à análise do passivo.

**Tabela 16** - Relação de passivo por faixas de valores relacionados aos objetos mapeados.

**Tabela 17** - Outros Sistemas de Gestão de Passivo.

**Tabela 18** - Escolaridade das pessoas envolvidas no processo de Transferências - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021.

**Tabela 19** - Percentual de servidores efetivos envolvidos no processo de Transferências - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021.

**Tabela 20** - Percentual de pessoas envolvidas com a parte técnica e prestação de contas - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021.

**Tabela 21** - Capacitação do corpo técnico envolvido no processo de Transferências - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021.

**Tabela 22** - Instrumentos no passivo finalizados e pendente de análise final - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021.

**Tabela 23** - Passivo por tipo de Transferência - Censos 2019 e 2020 e Levantamento Anual 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Dias da Costa, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental**, em 08/07/2022, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone de Pina Zorzal Sarmiento, Assistente Técnico-Administrativo**, em 08/07/2022, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Lemos de Andrade, Diretor(a)**, em 08/07/2022, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tâmara da Conceição Carvalho de Castro, Coordenador(a)-Geral**, em 11/07/2022, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **21986183** e o código CRC **8E9E6717**.